

ABASTECIMENTO E ALIMENTAÇÃO NO PIAUÍ NA SECA DE 1877-1879

Márcio Douglas de Carvalho e Silva*

RESUMO

Este artigo analisa a aquisição e a distribuição de alimentos para a população migrante no Piauí, no curso da seca de 1877-1879. Para isso, verifica a dinâmica do abastecimento na província piauiense no período de crise, bem como a distribuição de víveres à população migrante, com enfoque para a estabelecida nos Núcleos Coloniais. As fontes utilizadas incluíram documentos das Comissões de Socorros Públicos do Piauí, relatórios provinciais e notícias publicadas nos periódicos de Teresina. Verificou-se que a alimentação era baseada em cereais, principalmente a farinha, e em carne verde de gado bovino, que nem sempre era ofertada em quantidade proporcional às necessidades da dieta dos migrantes.

Palavras-Chave: Piauí, seca, migração, alimentação.

* Márcio Douglas de Carvalho e Silva é Doutor em História pela Universidade Federal do Pará, com pós-doutorado pelo Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7615-0097>. E-mail: mardouglascs@gmail.com

SUPPLY AND FOOD IN PIAUÍ DURING THE 1877-1879 DROUGHT

Abstract: This article analyzes the acquisition and distribution of food for the migrant population in Piauí, during the 1877-1879 drought. To this end, it verifies the dynamics of supply in the province of Piauí during the crisis period, as well as the distribution of food to the migrant population, with a focus on those established in the Colonial Centers. The sources used included documents from the Piauí Public Relief Commissions, provincial reports and news published in Teresina newspapers. It was found that the diet was based on cereals, mainly flour, and green beef, which was not always offered in quantities proportional to the migrants' dietary needs.

Keywords: Piauí, drought, migration, food.

ABASTECIMIENTO Y ALIMENTOS EM PIAUÍ DURANTE LA SEQUÍA DE 1877-1879

Resumen: Este artículo analiza la adquisición y distribución de alimentos para la población migrante en Piauí, durante la sequía de 1877-1879. Para ello, verifica la dinámica de suministro en la provincia de Piauí durante el período de crisis, así como la distribución de alimentos a la población migrante, con un enfoque en aquellos establecidos en los Centros Coloniales. Las fuentes utilizadas incluyeron documentos de las Comisiones de Ayuda Pública de Piauí, informes provinciales y noticias publicadas en los periódicos de la época. Se encontró que la dieta se basaba en cereales, principalmente harina, y carne verde, la cual no siempre se ofrecía en cantidades proporcionales a las necesidades alimentarias de los migrantes.

Palabras clave: Piauí, sequía, migración, alimentación.

INTRODUÇÃO

Durante os três últimos anos da década de 1870, embora tenha chovido em algumas regiões do Piauí, o índice pluviométrico foi insuficiente para manter uma boa colheita de cereais. Somado a isso, a migração oriunda do Ceará impactou a oferta de alimentos nos diferentes pontos da província, provocando uma crise de abastecimento. Partindo desse cenário, este texto enfoca a assistência à população migrante pelo poder público no Piauí, durante a seca de 1877-1879, na sua necessidade alimentar, buscando identificar o que era ofertado como alimento dentro das demandas surgidas a partir da expansão da seca.

Entende-se por abastecimento a oferta dos componentes alimentares que são essenciais para o suprimento humano, os gêneros de primeira necessidade. No Piauí oitocentista, eles eram, principalmente, a carne verde, a farinha, o feijão e o arroz. A economia piauiense, baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência, durante as crises provocadas pelas secas, era fortemente abalada, havendo a necessidade de ação emergencial do governo da província para a manutenção do abastecimento da população.

Em uma economia agrária, um ano de colheitas ruins já é suficiente para provocar uma crise de subsistência, afetando a sociedade de maneira ampla (Linhares, 1979). Essas consequências são visíveis quando se instaura uma crise de abastecimento, marcada pela redução ou ausência de oferta de gêneros alimentares essenciais, o que leva ao aumento dos preços dos alimentos ainda disponíveis no mercado e à incapacidade de adquiri-los devido à falta de recursos, resultando em um quadro de fome (Silva, 1990).

No Piauí, entre 1877 e 1879, foi intensa a migração de cearenses e piauienses de regiões afetadas pela seca, para outras que, da mesma forma que seus locais de saída, também já sentiam os impactos do fenômeno, como a cidade de Oeiras, que recebeu ao longo dos três anos grande volume de pessoas oriundas do Ceará e também de localidades do próprio Piauí. Em 1878, o governo provincial já admitia que “por ser o Piauí uma província mais criadora do que agrícola, tendo sofrido baixas na produção de grãos no ano anterior, ao receber a cerca de 20 mil emigrantes repentinamente, teve seus problemas econômicos e sociais ampliados” (Silva, 2014, p. 95).

Com o reconhecimento da seca, foram instituídas as Comissões de Socorros Públicos, tanto na capital como em alguns municípios do Piauí, a fim de atender às necessidades daqueles que eram mais atingidos. Uma das principais ações das comissões era a aquisição e a distribuição, seja direta ou pela venda, de gêneros alimentícios, gerindo o abastecimento, buscando possibilitar a chegada da alimentação à população pobre.

Partindo do exposto e do objetivo definido, para realização desta análise fez-se uso das seguintes fontes: exposição feita ao vice-presidente da província do Piauí, pela Comissão de Socorros de Teresina, em março de 1878, em que são detalhadas a aquisição e a distribuição de cereais pelo órgão, relatórios oficiais, que permitem identificar, entre outras coisas, a distribuição de alimentos aos habitantes

dos Núcleos Coloniais, além de informações contidas nos periódicos que eram publicados no Piauí durante o período. Os documentos citados foram consultados no Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI) e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

ABASTECIMENTO E ALIMENTAÇÃO DA POPULAÇÃO NO PIAUÍ DURANTE A SECA

Na segunda metade do século XIX, o Piauí, assim como outras províncias brasileiras, foi atingido por secas periódicas que provocaram impactos na economia e, consequentemente, no abastecimento dos gêneros de primeira necessidade. Ao longo da seca, foram constantes as notícias nos periódicos piauienses relatando a corrente migratória de cearenses em diversas regiões da província, muitos deles se dirigindo a Teresina (Silva, 2024).

Segundo Teresinha Queiroz (2006, p. 28), na segunda metade do século XIX, a economia piauiense ainda era caracterizada pelo domínio da pecuária, além disso, “a pequena produção agrícola, tanto de cereais quanto de cana e do fumo, ainda estava na sua maior parte circunscrita ao consumo local e era essencialmente familiar”. Considerada atrasada, a produção agrícola piauiense, somada à pecuária extensiva, tida como a maior fonte de receita da província, estava suscetível a períodos de dificuldades.

Mesmo havendo o consumo local, o gado piauiense era criado para a comercialização, e ofertado continuamente, “independentemente do comportamento do mercado” (Lima, 2016, p. 85). Os demais ramos da indústria e do comércio eram reduzidos, se comparados às províncias vizinhas, como Maranhão e Ceará. Visto o caráter de subsistência da agricultura piauiense e a natureza extensiva da pecuária, era possível presumir que a capacidade de abastecimento da população local com gêneros oriundos desses setores da indústria era limitada, bem como tornava-se mais comprometida com a ausência de chuvas, que levava ao emagrecimento e até a morte do gado, e a dificuldades de plantio e colheita de grãos. Por isso, “qualquer redução da produção a nível local afetava o abastecimento tanto da população rural quanto da urbana, que não dispunha de excedentes significativos, já que a produção estava limitada às necessidades do consumo regular” (Queiroz, 2006, p. 29).

De acordo com Carneiro (2005, p. 72), “o primeiro, e mais óbvio, exemplo da relação da economia com a alimentação é a indicação da capacidade de sobrevivência de uma dada civilização, que passa, antes de tudo, pelo provimento dos gêneros alimentícios suficientes para sua manutenção e para a sua reprodução”. No século XIX, verifica-se que embora fosse de conhecimento do poder público piauiense a necessidade de melhoramento dos setores já praticados, bem como os investimentos em outros ramos do comércio e da indústria, poucas ou quase nenhuma medida foi tomada para sanar essa questão, ficando visível o problema do abastecimento “de forma mais aguda e mais clara nos momentos de crises climáticas”, quando os preços dos gêneros alimentares rapidamente subiam, resultando “na ocorrência da fome entre a população de menor poder aquisitivo” (Queiroz, 2006, p. 29).

Segundo Linhares (1979, p. 218), na história do abastecimento as crises foram constantes e até crônicas. Para a autora, “as cidades brasileiras, desde o nascedouro, sempre se defrontaram com problema de abastecimento, sem que jamais pudesse se precisar a existência de uma política capaz de orientar a produção e os mecanismos de distribuição para o consumo [...] sobretudo das camadas pobres”. As

idades e as vilas piauienses, incluindo a capital, Teresina, também podem ser analisadas a partir dessa realidade, no século XIX.

Em agosto de 1877 já eram percebidos os efeitos da seca no Piauí, principalmente nas regiões fronteiriças com o Ceará. Diante da necessidade de ação do estado, foram instaladas as Comissões de Socorros, asseguradas constitucionalmente desde 1824, permitindo a abertura de créditos pelos presidentes provinciais em necessidade de socorro imediato à população, quando afetada por calamidades (Silva, 2024). A Comissão de Socorros de Teresina definia como seu objetivo trabalhar “na distribuição de viveres e fazendas aos emigrantes necessitados”, remetendo socorros “para diversos municípios da província assolados pelas secas ou ocupados pela corrente da emigração do Ceará” (APEPI – Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 14 de março de 1878). A exemplo disso, em anúncio publicado no jornal *A Imprensa*, em 1877, a referida comissão buscava o fornecimento de “oitocentas quartas de farinha, quinhentas ditas de arroz, duzentas ditas de feijão, duzentas ditas de milho, e de condução para 45 cargas dos mesmos gêneros” (*A Imprensa*, n.º 515, 25 de agosto de 1877).

Um dos documentos que detalha esse movimento entre aquisição de alimentos e a sua distribuição é a exposição feita pela Comissão de Socorros de Teresina, referente à movimentação do abastecimento e à saída de viveres entre agosto de 1877 e janeiro de 1878. Por meio desse documento são identificados os gêneros adquiridos, as quantidades, a origem e o destino. A tabela abaixo mostra essa aquisição de gêneros no segundo semestre de 1877.

Tabela 01: Aquisição de gêneros alimentícios pela Comissão de Socorros de Teresina, entre agosto e novembro de 1877

Origem	Viveres	Quantidade
Depósito	Farinha	8.146 litros
União	Farinha	33 quartas = 16.650 litros
Parnaíba	Farinha	180 sacos = 12.600 litros
Maranhão	Farinha	165 sacos a 70 litros = 1.1550 litros
União	Farinha	107 sacos a 100 litros = 10.700 litros
Depósito	Feijão	856 litros
Parnaíba	Feijão	30 sacos a 70 litros = 2.100 litros
Depósito	Arroz com casca	2.644 litros
Maranhão	Arroz pilado	200 sacos

Fonte: APEPI – Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 14 de março de 1878.

No documento, entre os viveres, a farinha é o mais comprado e, conseqüentemente, o mais distribuído. Pela grande busca e distribuição desse alimento, percebe-se que a farinha era fonte primordial da alimentação da população no Piauí no século XIX. Câmara Cascudo se refere à farinha de mandioca como “o pão dos brasileiros”, que tinham nela “alimento indispensável (e às vezes único), podendo independer das exigências mais complexas do estômago” (Cascudo, 1954, p. 386). Observados os hábitos alimentares no Brasil, considerando a farinha como elemento de extrema relevância na alimentação de indígenas, escravizados e colonos, desde o período colonial, pode-se concordar que “nenhum outro alimento teve importância maior na história da alimentação do povo brasileiro e no desenvolvimento de hábitos alimentares de nossa população do que a mandioca” (Linhares, 1979, p. 37-38).

Ao chegarem em “Teresina, os sacos com os gêneros eram encaminhados para o interior da província através do transporte animal, que geralmente era alugado” (Silva, 2024, p. 398). A distribuição dos alimentos nem sempre é especificada no documento analisado, pontuando apenas o decréscimo deles. Do total adquirido, em novembro de 1877, a Comissão possuía 22.255 litros de farinha, 1.190 litros de feijão e 183 sacos de arroz pilado. Entre as saídas, é especificado o envio de 750 litros de feijão para Jaicós, por meio da Comissão de Socorros de Amarante, e 500 litros de farinha, 500 litros de arroz e 500 litros de feijão entregues ao Frei Serafim de Catânia, a fim de serem distribuídos aos emigrantes que trabalhavam na construção da Igreja de São Benedito, em Teresina,

Nos meses de dezembro de 1877, a comissão continuou executando a mesma dinâmica de aquisição e distribuição de alimentos, não havendo variação quanto ao tipo de gênero adquirido, permanecendo os mesmos: farinha, arroz pilado e feijão, havendo o acréscimo de milho. A origem dos cereais foi: Parnaíba, chegados a Teresina por meio do vapor da Companhia Paranaguá e enviados para Príncipe Imperial e Amarante, para serem remetidos para Oeiras, Picos e Jaicós, e para a Colônia São Pedro de Alcântara.

Observa-se que a quantidade enviada para cada localidade era variada, como Príncipe Imperial, que recebeu 150 sacos de farinha, 250 de arroz pilado e 250 de feijão, por ordem de ofício provincial de dezembro de 1877; enquanto para Picos, Oeiras e Jaicós foram enviados apenas 150 sacos de farinha, 75 de arroz pilado, 75 de milho e 10 sacos de feijão, no mesmo período. Essa dinâmica da distribuição alimentar certamente atendia às necessidades mais urgentes de cada localidade, bem como à possibilidade de remeter os víveres a esses locais, que, a depender da localização, tinham a entrega comprometida, tanto pelas estradas deficitárias quanto pela alta do preço dos fretes e até a falta de quem transportasse os mantimentos, algo que era relatado com frequência na fala governamental e na imprensa. Esses fatores também podem justificar a prioridade de algum gênero para determinada região em maior quantidade e até mesmo o não envio de alguns deles para outras, como o milho, que em muitas aquisições e remessas desaparece do mapa da Comissão de Socorros.

Pela dinâmica apresentada, não somente se observa as regiões que eram mais atingidas pela seca naquele momento, incluindo Teresina, que já sentia os seus efeitos com a presença de migrantes cearenses, mas principalmente a carência de cereais na capital da província, tendo em vista que ainda no primeiro ano de seca esses víveres já eram importados de regiões vizinhas. “Geralmente os gêneros chegavam a Teresina pelos vapores, que quase sempre partiam de Parnaíba, recebidos nos portos desse município vindos de Pernambuco e do Maranhão” (Silva, 2024, p. 398). Além do envio para a distribuição pelas Comissões de Socorros de diferentes regiões do Piauí, também eram mandados suprimentos para os Núcleos Coloniais, sítios particulares situados nos arredores de Teresina, que recebiam migrantes cearenses e piauienses, sob contrato com o governo, que custeava a permanência da população migrada nesses locais. A tabela seguinte mostra a distribuição de víveres para essas localidades.

Tabela 02: Distribuição de víveres para os Núcleos Coloniais, pela Comissão de Socorros de Teresina, em dezembro de 1877 e janeiro de 1878

Núcleos	Milho (litros)	Farinha (litros)	Arroz (litros)	Arroz (quilo)	Feijão (litros)
Mucambo			900		386
Felicidade		4.000	1.300		200
Icó	100	1.150	370		580
Coité			500		100
Deserto		1.400	500		
Olho D'água	25	1.600	450	12	108
Santa Bárbara		2.600	783		450
Retiro		1.700	350		400
Gandú		1.500		500	300
Harmonia			250		250
Centro		400			
Total	125	14.350	5.403	512	2.744

Fonte: APEPI – Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 14 de março de 1878.

A distribuição de víveres, incluídos todos os gêneros indicados na tabela, era uma das contrapartidas do governo para com os contratantes dos núcleos, que deveria enviar, conforme o acordo firmado, determinada quantidade de alimentos para o suprimento dos migrantes que estavam abrigados em suas propriedades, bem como valores correspondentes às diárias de cada indivíduo. Para o núcleo Felicidade, de responsabilidade do Major Mariano Gil Castelo Branco, era pago, em 1878, 160 réis a diária por cada migrante, fornecendo o governo, além disso, 40 quartas de víveres mensalmente. No mesmo período, para o núcleo Gandú, sob o comando do Capitão Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco, era pago 160 réis a diária e o fornecimento de 30 quartas de farinha, 10 de milho, 6 de feijão e 500 litros de arroz. Pelo documento elaborado pela Comissão de Socorros de Teresina, em março de 1878 existiam as seguintes quantidades de migrantes nos núcleos: Mocambo (452), Felicidade (300), Icó (159), Coité (150), Deserto (170), Olho D'água (148), Santa Bárbara (392), Retiro (150), Gandú (157), Harmonia (373), Centro (150) (APEPI – Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 14 de março de 1878)¹.

Tendo em vista o número de migrantes estabelecido em cada núcleo, e observada a quantidade de alimentos fornecidos no período datado no documento, percebe-se que a farinha, assim como em muitos outros registros da época, era o principal gênero consumido. Comparando-a em quantidade ao arroz, que foi o segundo alimento mais distribuído, chega a farinha a quase o triplo de litros, muito superior ao feijão. Conclui-se que a composição alimentar da população migrante no Piauí no século XIX era

¹ Destaca-se que o número de núcleos coloniais variou ao longo dos anos da seca, à medida que a administração provincial passou por mudanças. Após assumir o governo da província em 1878, o Partido Liberal reduziu significativamente o número de núcleos coloniais, à medida que a população migrante foi aumentando nesses locais, com a continuidade da seca. Pelos contratos firmados com o governo provincial em 1878, os contratantes assumiam “pelas condições dos termos, cada um deveria comportar a seguinte quantidade de pessoas: Guandu 600 a 800, e Sant’Ana, 1.200; Felicidade e São Lourenço, 1.000; Boqueirão, 600; Deserto, 800 a 1000; Sítio, 1.200; e Alagoa da Mata, 1.500” (Silva 2024, p. 453), números que oscilaram muito, principalmente para cima, com o engrossamento da migração.

baseada em uma dieta que tinha, entre os cereais, o principal deles, a farinha, destacando-se “como o produto indicador mais fiel da constatação do custo de vida, por se tratar de um alimento básico da população” (Ribeiro, 1982, p. XI). Mas não somente a farinha estava presente na alimentação da população pobre e migrante no Piauí.

Em relação aos Núcleos Coloniais, observa-se, ainda, pelo menos nos primeiros meses de seca, a presença de quantidade significativa de arroz, superando em mais do dobro a de feijão. O milho, em baixa distribuição, provavelmente não era destinado à alimentação humana, mas possivelmente para a semeadura nas plantações a que os migrantes deveriam se dedicar. Além desses ingredientes, deve-se observar outros alimentos que também faziam parte da dieta dessa população. No aditamento aos contratos celebrados entre a Comissão de Socorros de Teresina e os contratantes dos núcleos de emigrantes, ficou estabelecido que a alimentação fornecida nos Núcleos Coloniais deveria seguir as seguintes determinações: “duzentos e vinte e cinco gramas de carne verde, cento e cinquenta gramas de farinha, arroz pilado ou feijão e trinta gramas de sal para cada um dos emigrantes” (APEPI – Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 21 de maio de 1878). No ano de 1877, no contrato firmado pelo contratante do núcleo Santa Philomena, Raimundo Sinval de Vasconcelos, a dieta proposta para ser servida aos migrantes era bem mais diversificada, incluindo “carne, farinha, arroz, toucinho, feijão, milho e rapadura [...]” (APEPI – Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 28 de dezembro de 1877).

Àqueles que possuíam alguma enfermidade, destaca-se a recomendação de uma alimentação diferenciada. Nos termos dos contratos de julho de 1878, estabelecia-se que o contratante deveria oferecer “dieta apropriada à natureza da moléstia” para aqueles que estivessem doentes (APEPI – Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 11 de julho de 1878). No caso específico do núcleo Santa Filomena, o contrato previa que os migrantes enfermos fossem servidos de “galinhas, café, chá, pão e bolachas” (APEPI – Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 28 de dezembro de 1877). Para a enfermaria de migrantes, localizada no lugar denominado Morro de Santo Antônio, distante duas léguas de Teresina, deveria o contratante suprir individualmente cada enfermo diariamente, com “250 gramas de carne, ½ litro de farinha, 200 gramas de arroz, 10 gramas de manteiga, sal e temperos, sendo a comida preparada “a sua custa e a contento dos médicos” (*A Época*, n.º 63, 10 de junho de 1879, p. 01). Observa-se mais uma vez a importância da farinha na alimentação da população. Pelas quantidades indicadas, os enfermos recebiam meio litro de farinha, equivalente a aproximadamente 500 gramas, o dobro da quantidade de carne e mais que isso de arroz. Esses exemplos mostram que os alimentos possuíam uma relação direta com a saúde, evidenciando que “o tipo de dieta e a explicação médica para a sua utilização sempre influenciaram a atitude diante da comida, considerando a sua adequação a certas idades, gênero, constituições físicas ou enfermidades presentes” (Carneiro, 2005, p. 73).

Essa concepção pode ser observada no relatório apresentado ao presidente da província, Sancho de Barros Pimentel, por Dr. Constantino Moura, em relação ao estado sanitário dos Núcleos Coloniais no ano de 1878. A relação entre doença e alimentação é um paralelo estabelecido por Constantino Moura na análise do estado de saúde dos migrantes de todos os núcleos. Para uma melhor exposição dos dados informados na análise feita por ele em cada núcleo, dispõe-se na tabela abaixo os dados detalhados do relatório:

Tabela 03: Estado sanitário dos núcleos coloniais e distribuição de alimentos – 1878

Núcleo	Localização e habitantes	Alimentação	Doentes e doenças
Sítio	Margem direita do rio Parnaíba – 6 léguas de Teresina. 1.200 pessoas.	Distribuída duas vezes por semana – “de sofrível” qualidade, porém a carne distribuída era boa. Para os doentes: recomendação da distribuição diária de alimento. Alimentação prejudicial: massa de coco ou palmito, ingeridos crus. Acesso à água: não possuem vasos para depósito de água, sendo obrigados a bebê-la diretamente no rio, o que é bastante prejudicial.	Aproximadamente 100 doentes – febres intermitentes, remitentes biliosas, vermes intestinais, anemia, hidropisias, quase sempre astênica e principalmente afecções do aparelho digestivo.
Santo Antonio	Margem direita do rio Parnaíba – 11 léguas de Teresina. 1.200 pessoas.	Distribuída duas vezes por semana – carne e cereais. Doentes – gêneros diariamente. Alimentação prejudicial: mel de furo – conseguido pelos migrantes de engenhos vizinhos – considerado causa principal da diarreia.	Perto de 200 doentes – cachexias palustres, febres intermitentes, leucoceténias, hidropisias, e sobretudo diarreia e disenteria.
Felicidade	11 léguas de Teresina, entre duas montanhas. 1.200 pessoas.	De boa qualidade, tantos cereais como a carne. Acesso à água: água potável e ótima.	Oftalmias, infiltrações serosas devido a choro-anemia, febres intermitentes e vermes intestinais.
Gandú	07 léguas à direita de Teresina. 900 pessoas.	De boa qualidade, principalmente a carne. Acesso à água: água extraída de diferentes cacimbas – prática considerada apropriada.	38 doentes – moléstias predominantes: febres intermitentes e diarreias, anasarca e pleuropneumonias.
Alagoa da Mata	06 léguas de Teresina. 1.450 pessoas.	Distribuída duas vezes por semana – de boa qualidade. Para os doentes: distribuição diária já preparada e com regularidade.	100 doentes – doenças: febres intermitentes, afecções do tubo digestivo, cachexias palustres e hidropisias.
Deserto	09 léguas de Teresina. 1.000 pessoas.	Distribuída em dois dias por semana – de boa qualidade – carne e cereais. Acesso à água: potável e boa.	Febres intermitentes, oftalmias e crianças com vermes intestinais.
Santa Philomena	04 léguas de Teresina, à margem direita do rio Poti. 1.200 pessoas.	Alimentação prejudicial: massa de coco, bulbo do coroa e polvilho de macaubeira.	Febres intermitentes, remitentes, hidropisias e chloro-anemia.

Fonte: *A Imprensa*, nº 562, 10 out. 1878, p. 01 e 02.

Nos sete núcleos inspecionados foi identificada a existência de moradores acometidos por moléstias, em boa parte provocadas pela alimentação irregular ou imprópria para o consumo, como as citadas, que eram extraídas diretamente da natureza, usadas como alternativa para saciar a fome, bem como a água utilizada para as necessidades essenciais. Parte dos núcleos ficava situada não muito distante de cursos de água, como os rios Parnaíba e Poti, fazendo com que se recorresse a eles ou a cacimbas para se servirem. As doenças do aparelho digestivo, diarreias, disenterias e os vermes intestinais, que afetavam a todos, principalmente as crianças, podem ser associados à fonte de água que era consumida, bem como à higiene no trato com a alimentação. Nota-se determinada consciência da necessidade de alimentação diferenciada aos doentes, como visto anteriormente. Embora o relatório não especifique o que era distribuído a eles, nesse caso, há a recomendação de que os enfermos fossem alimentados com maior frequência.

Uma das preocupações de Constantino Moura na inspeção dos núcleos residiu na quantidade de distribuição dos alimentos, bem como na sua qualidade. A entrega era realizada quase sempre de forma bissemanal, porém em algumas situações, como ele mesmo observou, alguns migrantes nem sempre possuíam a “cautela” de conservar o alimento recebido para “uso cotidiano, de sorte que muitas vezes ao segundo ou terceiro dia depois da distribuição” já haviam consumido todos os gêneros recebidos, recorrendo após isso a “substancias prejudiciais à saúde” (*A Imprensa*, nº 562, 10 out. 1878, p. 01). Esse comportamento, classificado como “falta de cautela”, podia ser reflexo da insuficiência de alimento distribuído, como se verifica nas quantidades que deveriam ser entregues por meio dos contratos firmados entre a Comissão de Socorros de Teresina e os contratantes, mostrados anteriormente, fato reconhecido pelo próprio inspetor nas considerações gerais do seu relatório, em que dá ampla visibilidade para a importância da alimentação.

A alimentação, que constitui o regime mais conveniente para corresponder às proporções necessárias de azote e de carbono para os gastos da economia, é, sem dúvida, a mista composta de animais e vegetais, por isso que o regime exclusivo de carne ou regime exclusivo de cereais traz graves inconvenientes à conservação da saúde do homem. A alimentação pode ser insuficiente não só pela quantidade, como também pela qualidade. Ora, os gêneros fornecidos pelos contratantes, sendo de boa qualidade, como não há negá-lo, resta saber se a quantidade marcada nos respectivos contratos será suficiente para a manutenção dos emigrantes estacionados nos diferentes núcleos. É fora de dúvida que a ração de carne (250 gramas) por dia para cada indivíduo é suficiente, principalmente a um clima quente como é o nosso, outro tanto não sucede com os cereais, cuja ração é composta por 150 gramas: não existe, pois, a proporção que a ciência aconselha e que os cactos da economia humana exigem. Entretanto, como este problema de economia social é complexo e há trazido grandes despesas ao estado, me parece que deve ser mantido o *status quo* a respeito da das rações dos indivíduos que estão sadios e que por outros meios poderão ainda procurar novos recursos, além dos fornecidos pelo governo. Assim, porém, não deve ser para com os doentes que têm necessidade de uma alimentação mais adequada e reparadora; e vivem exclusivamente do Socorro ministrado pela administração. A humanidade pede que lhes seja aumentada a ração de cereais ao menos para trazer um caldo mais confortativo (*A Imprensa*, nº 562, 10 out. 1878, p. 02).

Recorrendo a conhecimentos da ciência da época, a fim de justificar a condição alimentar da população nos núcleos, as considerações do relatório do Dr. Constantino Moura têm como ênfase a necessidade de uma alimentação pautada em uma dieta composta por suprimentos de qualidade e em quantidade adequadas, contributo para a existência de saúde ou para a recuperação dela. Atestando a qualidade da ração servida à população dos núcleos, atentava para a carência de cereais na dieta, considerada abaixo da necessária, mesmo que reconhecesse que se tratava de algo pautado na conciliação entre o que seria adequado e o que o Estado, diante do quadro de crise, tinha capacidade de fornecer. As observações feitas a respeito da desproporcionalidade de carne e cereais nos Núcleos Coloniais para a alimentação dos migrantes podem ser associadas, entre os seus fatores, à necessidade de importação de cereais para serem distribuídos, perante a carência de gêneros considerados essenciais na alimentação da população piauiense pobre no século XIX, entre eles a farinha. Por outro lado, por ser conhecida desde o período colonial como uma província onde existia grande quantidade de fazendas de gado, pelo menos em alguns períodos havia maior oferta de carne, em detrimento dos cereais, como relatou o presidente da Província do Piauí, Raymundo Mendes de Carvalho, em 1878. Ao referir-se à massa migratória presente no Piauí, afirmou:

em geral, porém oferecem grande resistência a sair da província, o que lhes conviria porque se de um lado a sustentação do imigrante custa aqui talvez menos do que em outra qualquer província, por haver, sempre, na falta do mais, carne muito barata, por outro lado é certo que, sendo uma província criadora e não agricultora (Relatório da presidência da Província do Piauí, 18 de fevereiro de 1878, p. 12).

Embora seja mencionada a sua abundância no Piauí, o que possibilitava o acesso da população a esse alimento, a disponibilidade de carne verde para a alimentação da população deve ser vista com cautela. Durante a seca, “a carne verde oferecida geralmente era comprada pela comissão nos açougues ou de fazendeiros da região onde estavam instaladas, mas a quantidade e a frequência variavam de acordo com o rebanho local”. Enquanto em Teresina havia disponibilidade de carne verde em 1877, em Oeiras relatava-se a escassez de gado em condições de abate. Em Teresina, “a recomendação feita pelo governo para a Comissão de Socorros foi que distribuisse carne aos necessitados em dias intercalados, mesmo que em maior quantidade” (Silva, 2024, p. 395). No primeiro semestre de 1878, a Comissão de Socorros de Teresina fez a distribuição de carne para os migrantes e pessoas necessitadas em uma frequência de 4 a 5 vezes por semana (*A Imprensa*, n.º 541, 02 maio de 1878, p. 01). No mesmo semestre, a oferta tornou-se mais frequente, passando a ser de duas vezes por dia (APEPI – Comissão de Socorros Públicos de Teresina, 15 de maio de 1878).

O consumo de carne verde no Piauí, que à primeira vista era algo abundante, é apontado por Linhares (1979) como um problema no abastecimento dos centros urbanos no Brasil, desde a colônia. Devido à sua presença marcante na alimentação do brasileiro, a autora afirma que “nenhum outro como ele deixou documentação tão rica e abundante nos arquivos brasileiros, a ponto de se poder afirmar, sem grande exagero, que a história do abastecimento no Brasil é, sobretudo, a história da carne verde” (Linhares, 1879, p. 192).

Sobre o Piauí como zona criadora e exportadora de gado para o mercado interno e até externo nos períodos colonial e imperial, ainda são necessárias mais pesquisas que voltem o foco especificamente para a análise do consumo de carne verde pela população local. Como exposto, a sua disponibilidade não foi uma constante na história do consumo de carne no Piauí, ficando suscetível a oscilações dos preços, principalmente em épocas de crise, quando poderia ocorrer a redução da oferta, seja pela falta de pastagens para reprodução e engorda do gado, como pela venda em grandes quantidades para outras províncias, como o Ceará. Em épocas de seca, a sua escassez ganhava visibilidade, provocando a alta dos preços. Um exemplo disso: antes do início da seca, no ano de 1876, o quilo de carne verde custava em torno de 160 a 200 réis, passando a ser cobrado pela mesma quantidade 320, em 1877, e 360, no ano seguinte (Araújo, 2010).

Como mostrado neste texto, os recortes foram restritos a um período de três anos, marcado por uma crise climática e um intenso processo migratório. O foco principal foi na ação do governo provincial, por meio das Comissões de Socorros Públicos, no gerenciamento do abastecimento e da alimentação da população alocada nos Núcleos Coloniais.

Diante do exposto, verifica-se que muitos tópicos da história do Piauí colonial e imperial ainda possibilitam ampla e variada análise. Na historiografia piauiense, os escritos sobre o abastecimento alimentar

são encontrados em grande medida em trabalhos que analisam a economia do Piauí durante a colônia e o império. Da mesma forma, pesquisas sobre a alimentação local nessas épocas são pouco conhecidas. O consumo de carne verde, por exemplo, é um tema que, se melhor pesquisado, poderá ampliar a construção da narrativa histórica acerca da alimentação do piauiense no século XIX, tanto nas fazendas de gado como nos núcleos urbanos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. (2010). **Cotidiano e pobreza**: a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina: EDUFPI.
- CARNEIRO, Henrique Soares. (2005). Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História: Questões & Debates**, n. 42, Curitiba, Editora UFPR, p. 71-80.
- CASCUDO, Luís da Câmara. (1954). **Dicionário do folclore brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações.
- LIMA, Solimar Oliveira. (2016). **Fazenda**: pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista. Teresina: EDUFPI.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. (1979). **História do Abastecimento**: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília: Binagri.
- QUEIROZ, Teresinha. (2006). **Economia piauiense**: da pecuária ao extrativismo. Teresina: EDUFPI.
- RIBEIRO, Ellen Melo dos Santos. (198). **Abastecimento de farinha da cidade do Salvador (1850-1870)**: aspectos históricos. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia. Salvador.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (1990). **A morfologia da escassez**: crises de subsistência e política econômica no Brasil colonial (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790). Tese (Doutorado em História), Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- SILVA, Márcio Douglas de Carvalho e. (2024). **Emigrados do sertão**: secas e deslocamentos populacionais Ceará-Piauí (1877-1891). Teresina: Cancioneiro.

Fontes

- ANNUNCIOS. **A Imprensa**, n.º 515, p. 04, ano XIII, 25 ago. 1877.
- DOCUMENTOS OFFICIAES. **A Imprensa**, n.º 562, 10 de outubro de 1878.
- IMMORALIDADE. **A Época**, n.º 63, 10 de junho de 1879.
- PORTE OFICIAL [...] PORTARIA n.º 45. **A Imprensa**, n.º 541, 02 maio de 1878.
- APEPI – Comissão de Socorros de Teresina. Ofício S/N, de 15 de maio de 1878.
- APEPI – Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Aditamento aos contratos celebrados entre a comissão de socorros de Teresina e os contratantes dos núcleos de emigrantes, em 21 de maio de 1878.
- APEPI – Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Exposição feita ao Excelentíssimo Sr. vice-presidente da província do Piauí, pela Comissão de Socorros de Teresina em 14 de março de 1878.
- PI – Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Palácio do governo. Ofício n.º 225, de 28 de dezembro de 1877.
- APEPI - Comissão de Socorros Públicos de Teresina. Termo de contrato que faz a comissão de socorros desta capital, autorizada pelo Exmo. Presidente da Província com os contratantes dos núcleos [...], em 11 de julho de 1878.
- RELATÓRIO da presidência da província do Piauí, 18 de fevereiro de 1878.